

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL 01/2022



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVA DISCURSIVA

CADERNO

215

CARGO/ESPECIALIDADE:

• ANALISTA LEGISLATIVO

**CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA V –
DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de prova discursiva contém um total de 5 (cinco) questões de Conhecimentos Específicos da especialidade/área de seleção. Confira-o.
2. Esta prova terá duração de **4** (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas nas Folhas de Respostas oficiais.
3. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **3** (três) horas contadas a partir do seu início efetivo.
4. As respostas deverão ser transcritas, **em letra legível**, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Não será corrigida a questão discursiva que for respondida a lápis, em parte ou na sua totalidade, ou apresentar letra ilegível.
6. Em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzzyzyjxyzzyz~~)
7. Não haverá substituição das Folhas de Respostas das questões discursivas, devendo o candidato zelar pela sua integridade.
8. As folhas de respostas da prova discursiva não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem poderão conter em qualquer local, que não o indicado, qualquer palavra, sinal, expressão ou marca que possibilite a identificação do candidato, sob pena de eliminação.
9. Para formular as respostas, o candidato deverá observar as orientações contidas no enunciado, respeitando os **limites** estabelecidos.
10. A identificação do candidato deverá ser feita **apenas** no espaço reservado para esse fim, na página 3.
11. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, devidamente assinado.
12. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Prezado(a) candidato(a),

Preencha com seu número de inscrição, nome legível e assine.

Nº de Inscrição

Nome

Assinatura

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

A Lei Federal nº 13.675, de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS – e institui o Sistema Único de Segurança Pública – Susp –, contém uma série de dispositivos que visam à promoção e defesa dos direitos humanos e à promoção da qualidade de vida e da saúde dos profissionais de segurança pública.

Caroline Moreira Back, no texto intitulado “Acompanhamento Psicológico Preventivo Para Agentes de Segurança Pública”, afirma que “o trabalho na área de segurança pública é (...) um dos mais arriscados no que tange aos riscos para a saúde ocupacional, sendo esses profissionais expostos a condições que os colocam frente a riscos diários, numa condição limítrofe para o desenvolvimento de transtornos mentais.”.

ELABORE um texto sobre os riscos à saúde dos agentes de segurança pública no Brasil, **EXPLICITANDO** cinco fatores que podem desencadear o adoecimento psíquico desses profissionais, cinco estratégias de prevenção ao desenvolvimento ou ao agravamento desse adoecimento e cinco entraves para a implementação dessas estratégias.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Rascunho

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 2

Texto 1

Desde a colonização dos novos continentes pelos países europeus, o conceito de raça tem sido um problema teórico e social. No plano teórico, surgiram fundamentações científicas que assumiram as diferenças entre os povos “descobertos”, criando-se um sistema de classificação racial. Já no plano social, a classificação “científica” migrou para a vida cotidiana e assim gerou imaginários sobre as potencialidades morais e intelectuais dos racializados. Esses aspectos demarcaram a posição de tais sujeitos na estrutura social ao longo da história moderna.

(Fonte: CAL, Renato Ribeiro Martins; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. A imagem da raça: negro pode ser “autoridade”? *CONTEMPORÂNEA: Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos: Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, v. 11, n. 1, p. 344, jan./abr. 2021.)

Texto 2

- Art. 231, Constituição Federal de 1988:

“Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º – São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º – As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.”.

- Art. 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Constituição Federal de 1988:

“Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”.

- Art. 2º, Decreto Federal nº 4.887, de 2003 (regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias):

“Art. 2º – Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º – Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º – São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.”.

Utilizando elementos do Texto 1 e considerando outros itens da bibliografia sugerida, **ANALISE** o conjunto dos dispositivos constitucionais e legais transcritos no Texto 2 na perspectiva da reparação e da promoção da igualdade étnico-racial no Brasil.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 2

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Ludmila Ribeiro e Klarissa Silva, no texto intitulado “Fluxo do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: Um balanço da literatura”, examinam a problemática do sistema de justiça criminal relativa à capacidade ou à incapacidade desse sistema de processar os delitos de forma adequada.

ELABORE um texto, **DISCORRENDO** sobre:

- as instituições que compõem o sistema de justiça criminal na esfera estadual e suas principais atribuições;
- os óbices na sistematização das informações relativas ao processamento dos delitos no âmbito do sistema de justiça criminal;
- a relação entre o processamento dos delitos e as ideias de justiça e de impunidade.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 3

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Rascunho

QUESTÃO 4

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública-2021, em 2020, a faixa etária de 18 a 24 anos teve o maior percentual de mortes violentas intencionais – MVIs –, correspondendo a 29,8% do total das vítimas. A faixa de 25 a 29 anos teve o segundo maior percentual de MVIs, representando 17,7% dos óbitos por violência. Assim, agregadas, as duas faixas representam 47,5% do total de MVIs.

Luís Flávio Saporì, no texto intitulado “A Política de Segurança Pública na Sociedade Brasileira”, observa que o período de recrudescimento da criminalidade violenta no país apresentou simultaneamente avanço nos indicadores sociais. O autor aponta fatores que têm influenciado no crescimento da violência e destaca que os jovens são as principais vítimas e os principais autores da criminalidade violenta.

EXPLIQUE a relação apresentada por Saporì no texto citado entre o mercado ilícito de drogas, os jovens e a violência. Em sua resposta, considerando outros itens da bibliografia sugerida, **ABORDE** o programa de Minas Gerais de prevenção social à criminalidade que visa ao controle de homicídios dolosos entre jovens e o impacto desse programa nas taxas relativas a esses crimes.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 4

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - EDITAL N.º 01/2022
2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 5

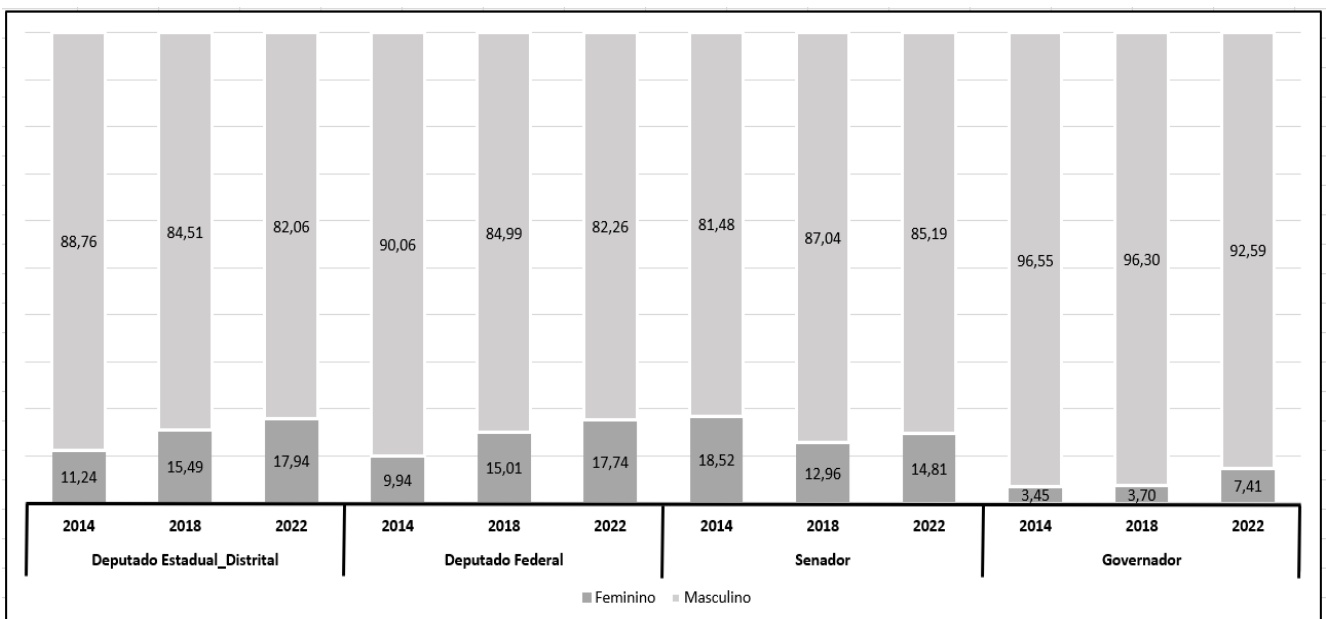
De acordo com Flávia Biroli, no livro “Gênero e Desigualdades – limites da democracia no Brasil”, “a configuração das fronteiras entre esfera pública e esfera privada implica lugares distintos para mulheres e homens. (...) Quando a dualidade entre público e privado não é problematizada – o que é majoritário nas teorias da democracia – as relações de poder na esfera privada não são computadas na compreensão de *como os indivíduos se tornaram quem são* e dos limites desiguais para atuarem, individual e coletivamente”. (grifo da autora)

Com base na discussão que a autora desenvolve no livro citado, **ELABORE** um texto, **RELACIONANDO** a divisão sexual do trabalho e do cuidado com:

- a participação das mulheres na política institucional;
- a efetivação da democracia.

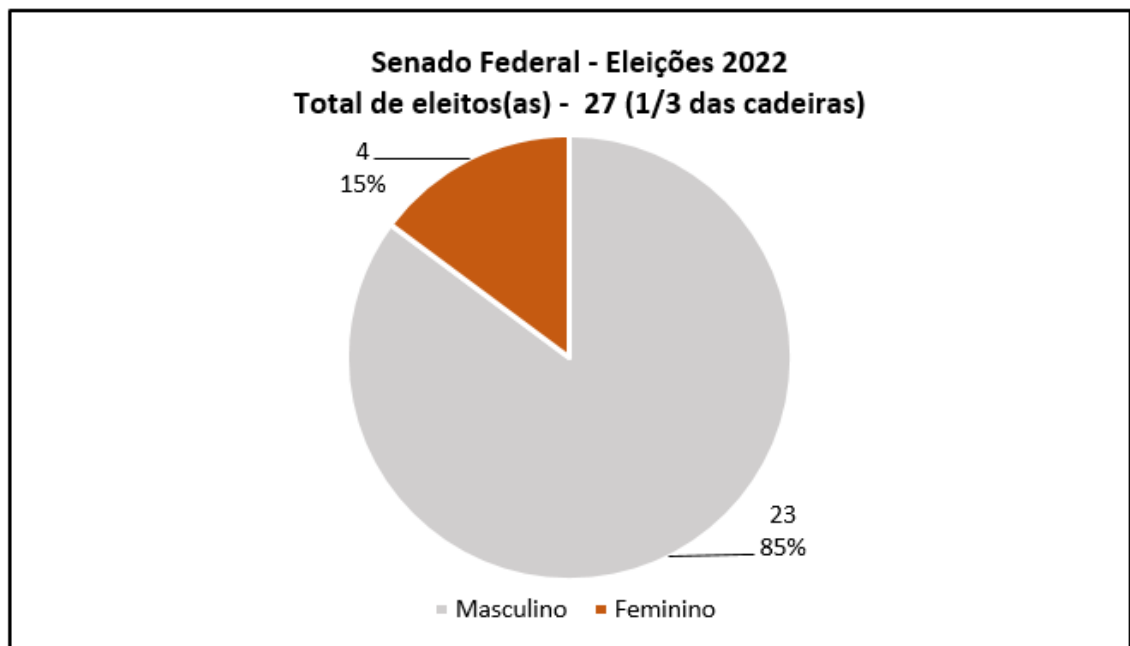
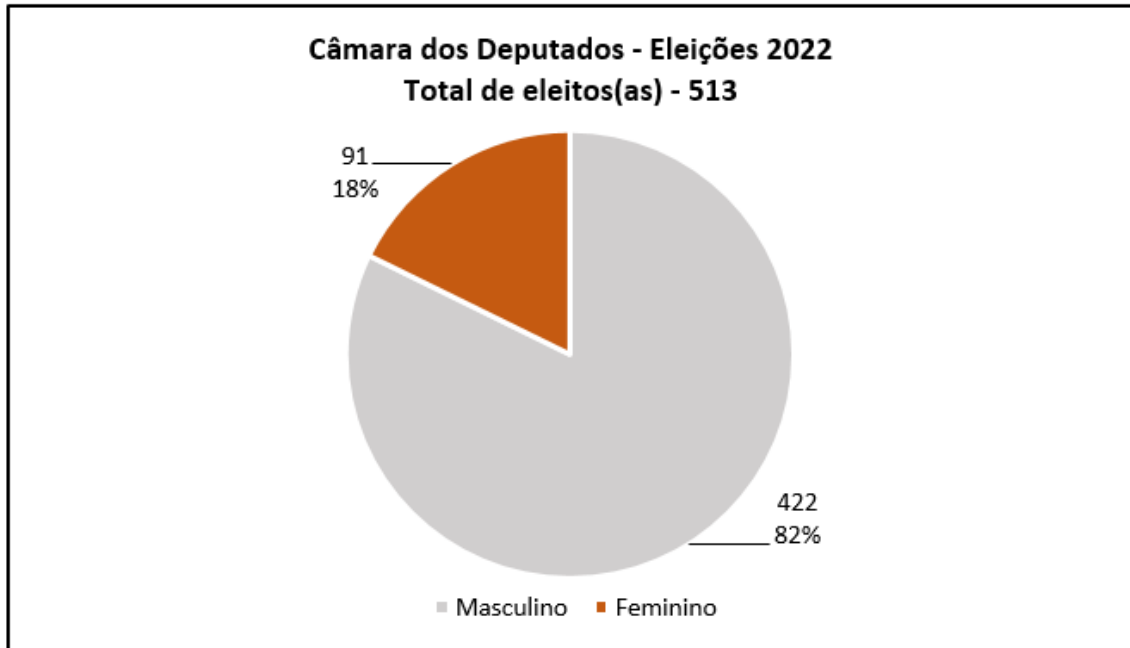
Para subsidiar sua resposta, considere os dados a seguir.

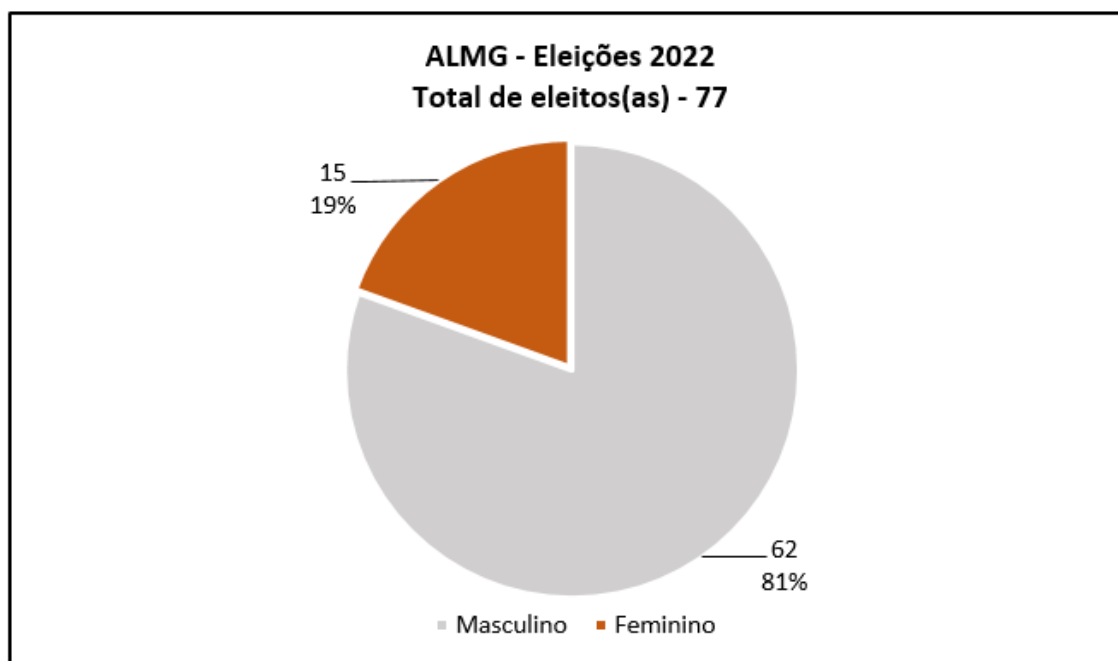
Gráfico 1 – Mulheres nas eleições – Evolução das eleitas por cargo – Brasil, 2014-2022



Fonte de dados: Observatório Nacional da Mulher na Política. Câmara dos Deputados. Secretaria da Mulher.

Gráficos 2, 3 e 4 – Cadeiras eleitas por gênero – Brasil, 2022





Fonte de dados: Observatório Nacional da Mulher na Política. Câmara dos Deputados. Secretaria da Mulher.

Valor: 30 pontos

[máximo: 30 linhas]

QUESTÃO 5

RASCUNHO DE RESPOSTA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Rascunho

**SOMENTE VIRE ESTE CADERNO
QUANDO AUTORIZADO PELO FISCAL**